

ESP-C.P.P. PROF.ATALIBA NOGUEIRA - CAMPINAS

Termo de Referência 68/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
68/2026	380142-ESP-C.P.P. PROF.ATALIBA NOGUEIRA - CAMPINAS	ELVIS GIOVANINI	06/08/2026 08:35 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	143/2026	006.00333136/2026-81

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, para este Estabelecimento Penal e também para o Centro Ressocialização de Sumaré para os meses de setembro a dezembro de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UN	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4880250	447525	QUILOGRAMA	20.383	Carne Suína; Pernil, Peca Inteira Sem Osso; Congelada; Com Peso Unitário Entre 5 e 8 Kg; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Inferior a -18°C; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Devendo Apresentar-se Livre de Ossos, Nodulo, Cartilagens; Coagulos e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Alterar Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica Transparente, Resistente e Devidamente Fechada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com o Decreto 12.486/78, Lei Estadual 8208/92, Cvs 05/13, Instrucao Normativa 22/05; Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Resolucao 01/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 21,96	R\$ 447.610,68
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					Frango Semi-processado; Coxa e Sobrecoxa; Congelado, Transportado e Conservado a Temperatura Inferior a -12°C; Com Aspecto, Cor,cheiro e Sabor Proprios; Livre de Parasitas e de Qualquer Subst.		

2	38636	447581	QUILOGRAMA	20.678	Contaminante Que Possa Altera-lo Ou Encobrir Alteracoes; Acondicionado Em Embalagem Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Devendo Obedecer o Limite Maximo de Retencao de Agua de 8% de Seu Peso; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrucao Normativa 22/05, In 32 /10, Decreto 12.486/78; Resolucao Rdc 13 /01, Cvs 05/13 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega;	R\$ 9,81	R\$ 202.851,18
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	5286573	447581	QUILOGRAMA	14.475	Frango Semi-processado; File de Peito, Sem Osso e Sem Pele, Com Dimensao Minima de (10 x 12 x 1)cm; Congelado, Transportado e Conservado a Temperatura de -12°c Ou Mais Frio; Com Aspecto, Cor, Cheiro, e Sabor Proprio; Livre de Parasitas e de Qualquer Subst. Contaminante Que Possa Altera-lo Ou Encobrir Alteracoes; Acondicionado Em Embalagem Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Cada File Pesando No Minimo 140 Gramas; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013 /17, Rdc 13/01; Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Cvs 05/13 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega;	R\$ 16,59	R\$ 240.140,25
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	4880170	447534	QUILOGRAMA	3.000	Carne Suina; Lombo Inteiro Sem Osso; Congelada; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Inferior a -18°c; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Devendo Apresentar-se Livre de Ossos, Cartilagens, Hematomas; Coagulos e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Alterar Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica Transparente, Resistente e Devidamente Fechada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com o Decreto 12.486/78, Lei Estadual 8208/92, Cvs 05/13, Instrucao Normativa 22/05; Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Resolucao 01/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 25,60	R\$ 76.800,00
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					Toucinho; Preparado Com Carne Curada de Suino Defumado,sem Costela, Em Manta; Acondicionado Em Embalagem Cry-o-vac, Transportado e Conservado Em		

5	1656988	447666	QUILOGRAMA	3.000	Temperatura Inferior a 22°C; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa 21/00, Decreto 12.486/78, In 22/05; Resolução Rdc 12/01 (Anvisa) e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Mínima de 72 Dias Na Data Da Entrega;	R\$ 28,29	R\$ 84.870,00
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	4944984	480370	QUILOGRAMA	2.250	Carne Bovina; Patinho; Peça Inteira; Resfriada; Transportada e Conservada Em Temperatura Não Superior a 7°C; Com Cor, Sabor e Odor Próprios Da Carne, Firme, Consistente e Não Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas, Gordura, Cartilagens e Demais Tecidos Não Aptos Ao Consumo; e de Qualquer Substância Contaminante Que Possa Alterá-la Ou Encobrir Alguma Alteração; Embalagem Primária Saco Plástico, Termoencolhível, Com Fechamento a Vácuo, Atóxico, Transparente e Resistente; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçado; Com Validade Mínima de 48 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrução Normativa 22/05, Portaria 304/96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 43,96	R\$ 98.910,00
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	4346700	447720	QUILOGRAMA	2.400	Salsicha; Hot Dog; Composta de Carne Suína, Bovina e de Ave, Carne Mecanicamente Separada de Ave, Condimentos e Outros Ingrid. Permitidos; Resfriada, Transportada e Conservada a Temperatura Entre 4° e 8°C; Acondicionada Em Embalagem Plástica Transparente, Flexível, Atóxica e Termoselada a Vácuo; Com Peso Unitário Mínimo de 50g; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa 04/00, In 22/05, In 51/06, Decreto 12.486/78; Portaria 1004/98, Resolução Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Mínima de 36 Dias Na Data Da Entrega;	R\$ 9,96	R\$ 23.904,00
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					Linguiça; Defumada; Linguiça Tipo Calabresa; Resfriada; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Entre 4 e 8°C; Composta de Carne Suína, Carne Mecanicamente Separada, Condimentos e Outros Ingredientes Permitidos; Devendo Ter o Sabor Picante Característico Da Pimenta Calabresa; Embalagem Primária Flexível, Termoformada a Vácuo;		

8	4895851	447702	QUILOGRAMA	5.040	Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 48 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 04/2000, In 22/05, In 51/06, Decreto 9.013/17; Resolucao Rdc 12 /01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 20,62	R\$ 103.924,80
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	4945352	447382	QUILOGRAMA	7.800	Carne Bovina; Acem; Peca Inteira; Resfriada; Transportada e Conservada Em Temperatura Nao Superior a 7°C; Com Cor, Sabor e Odor Proprios Da Carne, Firme, Consistente e Nao Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante; Que Possa Altera-la Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Saco Plastico, Termoencolhivel, Com Fechamento a Vacuo, Atoxico, Transparente e Resistente; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 48 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Portaria 304 /96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 30,84	R\$ 240.552,00
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	5665159	447757	QUILOGRAMA	7.200	Figado; Bovino; Congelado; Transportado e Conservado a Temperatura de -12°C Ou Mais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Isento de Capsula, Linfonodos e Depositos de Gordura; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante; Que Possa Altera-lo Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica Atoxica e Appropriada para Alimentos; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de De 4 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22 /05, Portaria 304/96; Rdc 12/01, Rdc 259 /02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 13,29	R\$ 95.688,00
ITEM	ITEM SÍAFISICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	1258559	446633	QUILOGRAMA	1.200	Queijo; Mussarela, transportado e Conservado Em Temperatura Nao Superior 8°C; Embalado Em Plastico Inviolavel, selado a Vacuo,com Validade Minima de 02 Meses e 4 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 364/97 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e	R\$ 35,78	R\$ 42.936,00

					Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;		
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	1258648	76221	QUILOGRAMA	350	Queijo; Parmesao; Embalado Em Plastico Apropriado, Inviolavel,com Validade Minima de 02 Meses e 4 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 353/97 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03; Rdc 14 /14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 66,63	R\$ 23.320,50
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	1259890	373255	BISNAGA 1,8 kg	80	Requeijao; Cremoso, Sem Adicao de Amido, Transportado e Conservado Em Temperatura Nao Superior a 10°C; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada,com Validade Minima de 02 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 359/97(mapa), Rdc 12/01, Rdc 259 /02, Rdc360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 47,64	R\$ 3.811,20
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UN	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	4880250	447525	QUILOGRAMA	6.794	Carne Suina; Pernil, Peca Inteira Sem Osso; Congelada; Com Peso Unitario Entre 5 e 8 Kg; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Inferior a -18°C; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Devendo Apresentar-se Livre de Ossos, Nodulo, Cartilagens; Coagulos e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Alterar Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica Transparente, Resistente e Devidamente Fechada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com o Decreto 12.486/78, Lei Estadual 8208/92, Cvs 05/13, Instrucao Normativa 22/05; Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Resolucao 01/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 21,96	R\$ 149.196,24
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	38636	447581	QUILOGRAMA	6.892	Frango Semi-processado; Coxa e Sobrecoxa; Congelado, Transportado e Conservado a Temperatura Inferior a -12°C; Com Aspecto, Cor,cheiro e Sabor Proprios; Livre de Parasitas e de Qualquer Subst. Contaminante Que Possa Altera-lo Ou Encobrir Alteracoes; Acondicionado Em Embalagem Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Devendo Obedecer o Limite Maximo de Retencao de Agua de	R\$ 9,81	R\$ 67.610,52

					8% de Seu Peso; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrução Normativa 22/05, In 32 /10, Decreto 12.486/78; Resolução Rdc 13 /01, Cvs 05/13 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega;		
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	5286573	447581	QUILOGRAMA	4.825	Frango Semi-processado; File de Peito, Sem Osso e Sem Pele, Com Dimensão Mínima de (10 x 12 x 1)cm; Congelado, Transportado e Conservado a Temperatura de -12°C Ou Mais Frio; Com Aspecto, Cor, Cheiro, e Sabor Próprio; Livre de Parasitas e de Qualquer Subst. Contaminante Que Possa Alterá-lo Ou Encobrir Alterações; Acondicionado Em Embalagem Adequada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Cada File Pesando No Mínimo 140 Gramas; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrução Normativa 22/05, Decreto 9.013 /17, Rdc 13/01; Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Cvs 05/13 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega;	R\$ 16,59	R\$ 80.046,75
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	1656988	447666	QUILOGRAMA	1.000	Toucinho; Preparado Com Carne Curada de Suíno Defumado, sem Costela, Em Manta; Acondicionado Em Embalagem Cry-o-vac, Transportado e Conservado Em Temperatura Inferior a 22°C; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa 21/00, Decreto 12.486 /78, In 22/05; Resolução Rdc 12/01 (anvisa) e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced.admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Mínima de 72 Dias Na Data Da Entrega;	R\$ 28,29	R\$ 28.290,00
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	4944984	480370	QUILOGRAMA	750	Carne Bovina; Patinho; Peça Inteira; Refrigerada; Transportada e Conservada Em Temperatura Não Superior a 7°C; Com Cor, Sabor e Odor Próprios Da Carne, Firme, Consistente e Não Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas, Gordura, Cartilagens e Demais Tecidos Não Aptos Ao Consumo; e de Qualquer Substância Contaminante Que Possa Alterá-la Ou Encobrir Alguma Alteração; Embalagem Primária Saco Plástico, Termocolhível, Com Fechamento a Vácuo, Atoxico, Transparente e Resistente; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçado; Com Validade Mínima de 48 Dias Na Data	R\$ 43,96	R\$ 32.970,00

					Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrução Normativa 22/05, Portaria 304 /96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;		
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	4895851	447702	QUILOGRAMA	1.680	Linguica; Defumada; Linguica Tipo Calabresa; Resfriada; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Entre 4 e 8°C; Composta de Carne Suína, Carne Mecanicamente Separada, Condimentos e Outros Ingredientes Permitidos; Devendo Ter o Sabor Picante Característico Da Pimenta Calabresa; Embalagem Primária Flexível, Termoformada a Vácuo; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçado; Com Validade Mínima de 48 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa 04/2000, In 22/05, In 51/06, Decreto 9.013/17; Resolução Rdc 12 /01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 20,62	R\$ 34.641,60
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	4945352	447382	QUILOGRAMA	2.600	Carne Bovina; Acém; Peça Inteira; Resfriada; Transportada e Conservada Em Temperatura Não Superior a 7°C; Com Cor, Sabor e Odor Próprios Da Carne, Firme, Consistente e Não Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substância Contaminante; Que Possa Alterá-la Ou Encobrir Alguma Alteração; Embalagem Primária Saco Plástico, Termoencolhível, Com Fechamento a Vácuo, Atóxico, Transparente e Resistente; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçado; Com Validade Mínima de 48 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrução Normativa 22/05, Portaria 304 /96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	R\$ 30,84	R\$ 80.184,00
ITEM	ITEM SÍAFÍSICO	COD. COMPRAS	UNI	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	5665159	447757	QUILOGRAMA	2.400	Fígado; Bovino; Congelado; Transportado e Conservado a Temperatura de -12°C Ou Mais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Próprios, Isento de Cápsula, Linfonodos e Depósitos de Gordura; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substância Contaminante; Que Possa Alterá-lo Ou Encobrir Alguma Alteração; Embalagem Primária Plástica Atóxica e Adequada para Alimentos; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçada; Com Validade Mínima de De 4	R\$ 13,29	R\$ 31.896,00

					Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrução Normativa 22/05, Portaria 304/96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;		
--	--	--	--	--	--	--	--

- 1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de 04 (quatro) meses contados de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O objeto desta contratação deverá estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Cronogramas de Entrega

Locais de Entrega

5.1.2 Local e datas de entregas no Centro de Progressão Penitenciária Professor Ataliba Nogueira de Campinas, na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, S/N, Km 4,5, Bairro Chácara Nova Boa Vista, Campinas-SP, CEP: 13064-900, no horário das 08:30 as 10:30 e das 13:30 as 15:30 de segunda a sexta, exceto feriados e pontos facultativos conforme quadro abaixo:

QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
1	1	2.750	13	2.750	10	2.750	8	2.741
CARNE SUINA PERNIL	15	2.750	27	2.750	24	2.750	22	2.740
	29	2.750						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
2	1	2.787	13	2.787	10	2.787	8	2.787

COXA E SOBRECOXA	15	2.787	27	2.787	24	2.787	22	2.793
	29	2.787						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
3	1	1.951	13	1.951	10	1.951	8	1.951
PEITO DE FRANGO	15	1.951	27	1.951	24	1.951	22	1.955
	29	1.951						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
4	1	303	13	303	10	303	8	303
CARNE SUINA LOMBO	15	303	27	303	24	303	22	306
	29	303						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
5	1	404	13	404	10	404	8	404
TOUCINHO	15	404	27	404	24	404	22	408
	29	404						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
6	1	303	13	303	10	303	8	303
CARNE BOVINA PATINHO	15	303	27	303	24	303	22	306
	29	303						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
7	1	242	13	242	3	242	1	242
SALSICHA HOT DOG	15	242	27	242	10	242	8	248
	29	242						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
8	1	679	13	679	3	679	1	679
LINGUIÇA	15	679	27	679	10	679	8	683
	29	679						

DEFUMADA CALABRESA								
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
9	1	1.051	13	1.051	3	1.051	1	1.051
CARNE BOVINA ACEM	15	1.051	27	1.051	10	1.051	8	1.056
	29	1.051						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
10	1	970	13	970	3	970	1	970
FIGADO CONGELADO	15	970	27	970	10	970	8	976
	29	970		970				
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
11	1	121	6	121	3	121	1	121
MUSSARELA	15	121	13	121	10	121	8	124
	29	121						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
12	1	79	6	80	3	80	1	80
QUEIJO PARMESSÃO								
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
13	1	18	6	18	3	18	1	19
REQUEIJÃO CREMOSO								
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
14	1	754	6	754	3	754	1	754
CARNE SUINA PERNIL	15	754	13	754	10	754	8	762
	29	754						

QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
15	1	765	6	765	3	765	1	765
COXA E SOBRECOXA	8	765	13	765	10	765	8	772
	15	765						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
16	1	536	6	536	3	536	1	536
PEITO DE FRANGO	8	536	13	536	10	536	8	537
	15	536						
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
17	1	111	6	111	3	111	1	111
TOUCINHO	8	111	13	111	10	111	8	112
	15	111		111				
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
18	1	93	6	93	3	94	1	94
CARNE BOVINA PATINHO	8	93	13	93	10	94	8	96
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
19	1	186	6	186	3	186	1	186
LINGUIÇA DEFUMADA CALABRESA	8	186	13	186	10	186	8	192
	15	186	20					
QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
20	1	288	6	288	3	288	1	288
CARNE BOVINA ACEM	8	288	13	288	10	288	8	296
	15	288						

QUINZENAL								
CPP								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
21	1	266	6	266	3	266	1	266
FIGADO CONGELADO	8	266	13	266	10	266	8	272
	15	266						

5.1.3 Local e datas de entregas no Centro de Ressocialização de de Sumaré, na Av. da Saudade s/nº, Bairro Horto Florestal, CEP: 13171-320, Sumaré - SP, no horário das 08:30 as 10:30 e das 13:30 as 15:30 de segunda a sexta, exceto feriados e pontos facultativos conforme quadro abaixo:

QUINZENAL								
CR								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
1	1	304	13	304	10	304	8	311
CARNE SUINA PERNIL	29	304	27	304	24	304	22	311
QUINZENAL								
CR								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
2	1	276	13	276	10	276	8	275
COXA E SOBRECOXA	15	276	27	276	24	276	22	274
	29	276						
QUINZENAL								
CR								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
3	1	193	13	193	10	193	8	193
PEITO DE FRANGO	15	193	27	193	24	193	22	193
	29	193						
QUINZENAL								
CR								
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
4	1	67	13	67	3	68	1	68
CARNE SUINA LOMBO								
MENSAL								
CR								

ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
5	1	90	6	90	3	90	1	90
TOUCINHO								
MENSAL								
	CR							
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
6	1	67	13	67	3	68	1	68
CARNE BOVINA PATINHO								
MENSAL								
	CR							
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
7	1	54	6	54	3	54	1	54
SALSICHA HOT DOG								
MENSAL								
	CR							
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
8	1	151	6	151	3	151	1	152
LINGUIÇA DEFUMADA CALABRESA								
QUINZENAL								
		CR						
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
9	1	117	6	117	3	117	1	117
CARNE BOVINA ACEM	8	117	13	117	10	117	8	117
MENSAL								
	CR							
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
10	1	216	6	216	3	216	1	216
FIGADO CONGELADO								
MENSAL								
	CR							
	DIAS		DIAS		DIAS		DIAS	

ITEM	SETEMBRO	QTD	OUTUBRO	QTD	NOVEMBRO	QTD	DEZEMBRO	QTD
11	1	27	6	27	3	27	1	27
MUSSARELA								
MENSAL								
	CR							
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
12	1	32	6		3		1	
QUEIJO PARMESSÃO								
MENSAL								
	CR							
ITEM	DIAS SETEMBRO	QTD	DIAS OUTUBRO	QTD	DIAS NOVEMBRO	QTD	DIAS DEZEMBRO	QTD
13	1	7	6		3		1	
REQUEIJÃO CREMOSO								

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Sem prejuízo de haver redução ou ampliação da quantidade contratada, dentro dos limites legais, a critério do contratante, estima-se em 04 (quatro) meses o período de fornecimento do objeto.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de

responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

8.12. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.25.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Outras comprovações

8.26. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
 - b) Finalidade do consórcio;
 - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
 - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
 - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
 - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
 - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;
- 8.26.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.190.153,72

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 2.190.153,72 (dois milhões, cento e noventa mil, cento e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos)**. para o período de **4 (quatro) meses**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade:380142;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 14421381561390000;

IV) Elemento de Despesa: 33903010.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELVIS GIOVANINI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 08:33:25.

PETERSON PANTALEAO DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 08:35:57.

ESP-C.P.P. PROF.ATALIBA NOGUEIRA - CAMPINAS

Estudo Técnico Preliminar 22/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00333136/2026-81

2. Descrição da necessidade

A necessidade de aquisição justifica-se devido tratar-se de compra de Gêneros Alimentícios Perecíveis, para este Estabelecimento Penal e também para o Centro de *Ressocialização* de Sumaré, destinado ao consumo dos sentenciados, os quais devem, conforme prevê os artigos 12 e 41, inciso I, da Lei Federal nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), receber alimentação fornecida por estas estes Estabelecimentos, bem como para o consumo dos funcionários plantonistas, diaristas e residentes, observado a per capita estabelecida pela Resolução SOG-9, de 14/09 /2021 , para o período de setembro a dezembro de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional	Alessandro Rene Hein Cren

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação deverá observar entre outros, os seguintes requisitos:

- A descrição dos produtos objeto da licitação deverá ser a contida no cadastro de materiais do sistema SIAFISICO devidamente atualizados com os itens no catálogo de compras do Governo Federal.
- O prazo de validade das propostas será de 60 dias;
- Fica estabelecido o valor de R\$ 0,05 (cinco centavos) a redução mínima admissível entre os lances.
- Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 03 (três) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em especial às multas referidas na Resolução SAP 049/2024.
- A contratada deverá atender as prescrições relativas a Cartilha de Contratações Sustentáveis. 1ª ed. Oliveira, Lucas Soares de (coord.); Tancredo, Beatriz Couto; e Peres, Christiane Stefani. São Paulo: PGE-SP, 2025, no que se refere as características sustentáveis.
- A exigência do critério de sustentabilidade acima estabelecido visa atender ao disposto no art 5º da Lei nº 14.133 /2021, no tocante a promoção do desenvolvimento nacional sustentável

g) para que a presente aquisição de produtos seja contratada e corretamente prestada, os requisitos mínimos abaixo especificados deverão ser levados em consideração a fim de garantir que o produto a ser fornecido e que as empresas contratadas se tornem a proposta mais vantajosa para a administração pública levando em consideração os princípios da economicidade, sustentabilidade econômica e ambiental.

h) O objeto desta contratação deverá estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

5. Levantamento de Mercado

a) Os itens e valores estimados obedecerão aos critérios de levantamento delineados do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

6. Descrição da solução como um todo

a) Valor **R\$ 2.190.153,72** (dois milhões cento e noventa mil cento e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), para o período de 4 (quatro) meses.

b) O valor estimado da contratação foi alcançado através de pesquisa de preços a luz do Decreto Estadual nº 67.888 /2023.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

a) As quantidades foram levantadas pela Seção de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional e adaptadas pela Seção de Finanças e Suprimentos considerando as quantidades em estoque para o período da contratação e o atendimento do Cardápio Padrão do Estabelecimento Penal.

b) Os itens, códigos, quantidades e unidade de fornecimento serão parte integrante do Termo de Referência a ser elaborado para integrar o processo de compra.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.190.153,72

a) Valor **R\$ 2.190.153,72** (dois milhões cento e noventa mil cento e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), para o período de 4 (quatro) meses.

b) O valor estimado da contratação foi alcançado através de pesquisa de preços a luz do Decreto Estadual nº 67.888 /2023.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

a) O Fonecimento se dará de maneira parcelada para atender as necessidades do Estabelecimento Penal devido a questão da validade dos itens e espaço no almoxarifado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

a) Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

a) Esta contratação está prevista no PPA, na LDO e na LOA, e a despesa não causará impactos orçamentários e financeiros, por se tratar de contratação habitual e corriqueira.

b) Todavia, a despesa em questão é necessária para aquisição de gêneros alimentícios, Perecíveis , para este Estabelecimento Penal e também para o Centro de Ressocialização de Sumaré, destinado ao consumo dos sentenciados, os quais devem, conforme prevê os artigos 12 e 41, inciso I, da Lei Federal nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), receber alimentação fornecida por estas esta Unidades, bem como para o consumo dos funcionários plantonistas, diaristas e residentes, observado a per capta estabelecida pela Resolução SOG-9, de 14/09 /2021 , para o período de setembro a dezembro de 2026.

c) O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

a) Espera-se que com a presente contratação, seja utilizada para preparar e fornecer a alimentação aos servidores e reeducandos deste Estabelecimento Penal, em cumprimento a Lei de Execuções penais, no que diz respeito ao fornecimento de alimentação aos custodiados.

b) Além disso, o atendimento da demanda com a alimentação garantirá a ordem e a segurança do Estabelecimento Penal além do atendimento de normas legais vigentes.

13. Providências a serem Adotadas

a) O setor de compras deverá tomar as providências necessárias para a contratação, mediante o devido processo legal, haja vista a proximidade do período necessário para o fornecimento dos itens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

a) Aquisição dos itens observará a descrição detalhada do catálogo de compras Federal, sendo que deverão atender as normas legais vigentes atinentes ao item e suas especificações, tanto em sua produção, transporte e armazenamento

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELVIS GIOVANINI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 05/08/2026 às 10:21:46.

PETERSON PANTALEAO DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 05/08/2026 às 10:22:03.